



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0008142-22.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**  
 Requerente: **BERNADETE DE JESUS ANDRADE**  
 Requerido: **SILVIA HELENA FRUCTUOSO DE ANDRADE**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O .**

Trata-se de ação que tem origem em acidente de veículos.

Sustenta a autora que na ocasião em apreço seu marido dirigia automóvel de sua propriedade pela Rodovia Thales de Lorena Peixoto Júnior quando à sua frente aconteceu um acidente envolvendo outro automóvel (pertencente à ré e então conduzido por seu filho) e um caminhão.

Esse outro automóvel estava no mesmo sentido que o seu e bateu contra a lateral do caminhão que vinha em sentido oposto, sendo que com o impacto uma de suas rodas se soltou.

Na sequência, seu marido passou sobre tal roda, o que causou danos em seu automóvel.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

As preliminares suscitadas pela ré em contestação não merecem acolhimento.

Sua legitimidade *ad causam* decorre de figurar nos assentos de trânsito como proprietária do automóvel que seu filho dirigia, o que foi reconhecido pela mesma.

Nada de concreto há nos autos para levar à ideia de que o filho da ré fosse o real dono do veículo e quanto ao tema ela não se desincumbiu do ônus de demonstrar o que no particular asseverou.

De outra banda, a comprovação dos danos no automóvel da autora encerra matéria de mérito que como tal será apreciada.

Rejeito as prejudiciais arguidas, pois.

As provas amealhadas corroboram satisfatoriamente a dinâmica fática descrita a fl. 01.

A autora e seu marido esclareceram que realmente trafegavam pela Rodovia Thales de Lorena Peixoto Júnior e que à sua frente aconteceu um acidente – que não chegaram a presenciar – entre o automóvel da ré e um caminhão que estava no sentido contrário.

Ambos confirmaram que em virtude dessa colisão destroços ficaram pela pista e que não houve condições para que desviassem de um roda solta do veículo da ré.

Já a testemunha Robertinho Dias de Almeida destacou que o veículo da ré invadiu a contra-mão de direção e atingiu a lateral do caminhão que conduzia.

Acrescentou que por força do impacto o motorista do automóvel da ré foi lançado para fora e que destroços se espalharam pela pista, além de ter ouvido um barulho quando outro automóvel passava pelo local, não precisando o que teria ocorrido com ele.

Alia-se a esses elementos a resposta de fl. 135/137, por meio da qual a Mapfre Seguros Gerais S/A noticiou que não procedeu ao pagamento dos reparos no veículo da autora porque o condutor do automóvel da ré estava dirigindo alcoolizado (no exame que foi realizado constatou-se a presença de 2,1g/l de álcool no sangue do mesmo).

O quadro delineado, ao qual não se contrapôs um único dado concreto em direção oposta, permite a conclusão de que os fatos sucederam como relatado pela autora.

Não assume maior relevância a circunstância de no BO de fls. 03/07 não haver referência ao acidente com o automóvel da autora, porquanto o atinente a esse foi lavrado em seguida, como se vê a fls. 08/10.

Aliás, a própria autora esclareceu em seu depoimento pessoal que o policial rodoviário que atendeu a ocorrência tomou a iniciativa de apartar os acontecimentos porque o que lhe dizia respeito não teve envolvimento direto com o sinistro inicial, o que é no mínimo razoável.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

A responsabilidade pelo acidente deve ser assim atribuída ao condutor do automóvel da ré por atingir a lateral de um caminhão sem que houvesse razão a justificá-lo.

Em consequência, destroços do automóvel da ré espalharam-se pela pista, não tendo o condutor do veículo da autora condições de evitar passar sobre uma roda que se soltara.

Daí advieram danos o automóvel da autora (eles foram descritos no depoimento pessoal dela e no depoimento de Jurandir Severino Mendes), até porque inexiste sequer um indício que fizesse supor que a postulação lançada não tivesse liame com a realidade.

A extensão da indenização está balizada no orçamento de fl. 11, não impugnado específica e concretamente pela ré, como seria de rigor.

O conteúdo desse documento está em consonância com o que via de regra acontece em situações afins, nada permitindo supor que encerrasse valor exorbitante ou incompatível para o conserto do automóvel da autora.

Recai sobre a ré, por fim, a responsabilidade de arcar com tal reparação por força de sua condição de proprietária do veículo causador do episódio.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 4.800,00, acrescida de correção monetária, a partir de julho de 2015 (época de elaboração do orçamento de fl. 11), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.  
P.R.I.

São Carlos, 30 de julho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**